



## Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval  
Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Reche Ontillera, Alberto; Souza, Guilherme Queiroz de; Vianna, Luciano José (Eds.).

**Anna Beatriz Esser dos Santos<sup>1</sup>**

### Representações do Clero em *Os Contos da Cantuária*

Representations of the Clergy in the *Canterbury Tales*

---

#### **Resumo:**

Os *Contos da Cantuária* de Geoffrey Chaucer foram um marco para a Língua Inglesa, pois têm o objetivo de ser um extrato da vida dessa sociedade do final do século XIV. A partir deste, serão verificadas as transformações sociais ocorridas no período e como os ideais cristãos foram articulados pelo autor da obra. Deste modo, será analisado o discurso dos narradores em *O Conto do Frade*, *O Conto do Beleguim*, *O prólogo do Vendedor de Indulgências* e *O Conto do Criado do Cônego*, no que diz respeito à atuação do clero e seu espaço na sociedade medieval e em como a historiografia aborda os valores de conduta presentes nesses *Contos*, comparando-os com a crítica social presente em Chaucer.

#### **Palavras-Chave:**

Inglaterra; Idade Média; Chaucer.

#### **Abstract:**

The *Canterbury Tales* written by Geoffrey Chaucer are considered a milestone for the English Language; they have the goal of being an extract of this society's life in the late fourteenth century. We will verify the social changes and how the Christian ideals were articulated by the author. We will analyze the speech of the narrators in *The Friar's Tale*, *The Summoner's Tale*, *The Pardoner's Prologue* and *The Canon's Yeoman* regarding to the role of clergy and their place in medieval society and how the values of conduct are discussed in these *tales* comparing them with the social critique presented in Chaucer's work.

#### **Keywords:**

England; Middle Ages; Chaucer.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## 1. Introdução

O presente trabalho pretende analisar como as relações de poder e o discurso permeiam a fonte por nós trabalhada, tentando perceber como a Igreja como instituição estava presente nas relações discursivas. Assim, iremos estudar alguns dos Contos da Cantuária (*The Canterbury Tales*) de Geoffrey Chaucer no que diz respeito à conduta do Clero e como o discurso do autor inglês acaba por representar suas críticas e percepções sobre a sociedade em que vivia.

Quando utilizamos o termo representação, referimo-nos ao conceito desenvolvido por Roger Chartier em *A História Cultural – Entre Práticas e Representações*, que define tipos de “práticas” capazes de articular e dar sentido a tudo que permeia o campo das práticas culturais.

As representações, de fato, fornecem sentido ao conjunto das práticas sociais, mas se diferenciam a partir do grupo que as veicula. Coexistindo uma gama de representações que são diferentes e também divergentes entre si, em uma luta constante, onde estas servem a interesses de grupos particulares dentro da sociedade. Estas lutas se dão no nível simbólico e, muitas vezes, não são facilmente identificáveis.

E como nossa fonte trata de um texto literário, entendemos que este contribui para a construção de identidades sociais, de relações sociais e de sistemas de conhecimento e crença, cuja reprodução e cujas transformações (possíveis) cabem às práticas discursivas, de que a literatura é um veículo. E neste sentido, podem representar e/ou reproduzir ideologias, que entendemos como:

“[...] significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (Fairclough, 2001: 117)

E como nessa construção textual o aspecto da linguagem é essencial, esta pode ser entendida, por um lado, a partir de sua função na sociedade, um meio de comunicação através do qual mensagens e informações são construídas e passadas; mas também se pode compreender a linguagem como a própria comunicação, que é constituída na sociedade, a linguagem reflete e é representada pela própria sociedade.

A respeito de como a linguagem é essencial ao se pensar as relações de poder no campo discursivo, ao longo de nossa pesquisa entendemos também que as considerações de Bourdieu em *O poder simbólico* são úteis para a análise de nossa fonte. Ele explica que se pode conferir uma eficiência propriamente simbólica de construção da realidade, isto porque estrutura a noção que os agentes sociais têm do mundo, e como se opera as relações nesse mundo. Assim, a língua e, por extensão, a linguagem pode ser compreendida como um sistema simbólico que constitui instrumentos de conhecimento e de comunicação, e de visões de mundo, de percepção do mundo social. E afirma:

“A percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: do lado objetivo, ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não oferecem à percepção de maneira independente, mas em combinações de probabilidade muito desigual [...]; do lado subjetivo, ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação, [...] são produtos das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólica” (Bourdieu, 2004: 139; 140)

As considerações de Bourdieu são pertinentes para essa discussão, pois através delas pode-se precisar, de que forma a linguagem exerce um poder e se constitui em um instrumento que age sobre o mundo. É através desse poder simbólico percebido na linguagem e que reafirmam o caráter social da linguagem. A força das palavras se exerce na sua ação comunicativa, pois elas propagam valores, significados, ideologias que perpassam os agentes sociais, e se configuram formas de dominação e exercício de poder.

Assim, na análise de nossa fonte e entendemos como as palavras estão inseridas nas relações de poder e como estas perpassam na forma como o Clero era percebido pelos homens medievais e como Chaucer, por conseguinte, o representou e explorou as nuances destas caracterizações.

## 2. Chaucer e seus *Contos*

Sobre o autor<sup>2</sup>, sabemos que nasceu em Londres em 1340. Era filho de uma comerciante de vinhos, John Chaucer. Foi pajem do Príncipe Lionel, filho do rei Eduardo III e desta forma, teve acesso ao estudo de autores da Antiguidade Clássica e de seu tempo e também, ao estudo das línguas francesa e latina. Casou por volta de 1366, com Philipa de Roet, que era dama da

---

<sup>2</sup> Como verificado em Gardner, J. C (1977). *The life and times of Chaucer*. Nova York: Alfred A. Knopf, p. 48-50.

rainha. Este casamento possibilitou ao escritor o estreitamento de suas ligações com a nobreza. Isto favoreceu que o escritor fosse nomeado a cargos diplomáticos na França e na Itália.

A obra de Chaucer é geralmente dividida em três períodos: o francês, o italiano e o inglês. No primeiro, que se inicia com a tradução do *Roman de la rose*, ele imitou os modelos da poesia francesa. As melhores obras dessa fase foram *O livro da duquesa* e *O parlamento das aves*. No período seguinte (1370-1384), Chaucer inspira-se em Dante e Boccaccio. A influência de Dante está presente em *A casa da fama*. Fez uma coletânea incompleta de histórias trágicas em tomo de mulheres famosas do passado, *The legend of good women*. Finalmente, ao último período (1384-1400) pertence a sua obra, máxima, *Os contos de Cantuária*.

*Os Contos da Cantuária* começaram a ser redigidos em 1386, em um período em que Chaucer estava passando por dificuldades financeiras, porque havia perdido recentemente a proteção do Rei Ricardo II<sup>3</sup>. Quando o Rei foi destronado, em 1399, o poeta perdeu praticamente todos os recursos que recebia da Coroa. Logo depois, em 1400, o autor veio a falecer.

Na verdade, *Os contos de Cantuária* constituem uma pintura da sociedade da época e, pela variedade dos gêneros em que se enquadram os diferentes contos, apresenta um panorama da literatura medieval. Mais que tudo isso, porém, é uma análise da natureza humana.

Quanto à estrutura narrativa, os *Contos da Cantuária* têm como ponto de partida, uma peregrinação composta por vinte e nove peregrinos, que incluem o próprio Chaucer entre eles. Estes peregrinos rumam à cidade da Cantuária, para visitar o túmulo de São Thomas Beckett.<sup>4</sup> Quando param em Southwark, reúnem-se na Taberna do Tabardo, onde o Albergueiro sugere aos peregrinos que cada um conte uma história, o melhor narrador ganharia um jantar como prêmio.

Como foi possível verificar em *The Cambridge Chaucer Companion*, de Jill Mann e Piero Boitan; a peregrinação que é um evento religioso, e também social, abre a possibilidade de interações de indivíduos, que agirão de acordo

---

<sup>3</sup> Como verificado no livro: Boitan, P; Mann, J (1986). *The Cambridge Chaucer Companion*. Londres: Cambridge University Press, p. 03-08.

<sup>4</sup> Arcebispo da Cantuária, assassinado durante o reinado de Henrique II, em 1170, por ter jurado fidelidade ao Papa quando dos conflitos entre o poder da Coroa e o do Papado. Maurois, A (1975). *A História da Inglaterra*. Trad. Carlos Domingues. Rio de Janeiro: Pongetti, p 82-87.

com suas perspectivas sociais exprimidas pela sua vocação e classe social (Boitan; Mann, 1986: 104).

Em *A civilização do Ocidente Medieval*, de Jacques Le Goff, é possível verificar que a taberna também funcionava como um grande centro social seja em áreas urbanas ou rurais; essas tabernas, como no caso dos *Contos da Cantuária* também serviam de albergue para visitantes estrangeiros. “Ali se propagavam as notícias, portadoras de realidades longínquas, de lendas e de mitos. Ali se formavam, na conversa, as mentalidades” (Le Goff, 1984: 74). E é exatamente isso que é entendido nos *Contos*; na taberna os personagens estarão juntos reunindo diferentes estamentos sociais para uma troca de suas realidades.

*Os Contos* estão precedidos por um Prólogo onde são apresentados, todos os 21 narradores; que competem membros da aristocracia como o Cavaleiro e o Escudeiro; membros do clero como a Priora, o Monge, o Frade, a Freira e seu Secretário, o oficial de Justiça Eclesiástica, o Pároco, o Vendedor de Indulgências e o Estudante de Oxford; da burguesia temos o Mercador, o Médico, o Advogado, a Mulher de Bath (fabricante de tecidos) e o proprietário de terras alodiais; das classes populares temos o Feitor, o Moleiro, o Carpinteiro e o Camponês. Os personagens que narram são tão ou até mais importantes que os personagens das histórias que serão contadas. O prólogo funciona como um guia para os contos, já que explica a motivação por trás de cada narrador.

Chaucer, nas descrições, tem como intenção inicial mostrar cada um dos peregrinos com boas qualidades, especialmente no que diz respeito aos ofícios destes; porém há no meio dessa caracterização um leve tom de crítica. As caracterizações do autor no prólogo fazem o leitor ter uma ideia inicial de como os personagens são apresentados e, sobretudo como o autor vê cada um desses indivíduos, de acordo com suas características pessoais e seus estamentos; contendo neste diversos tipos de preconceitos.

Por exemplo, caracteriza como inescrupuloso o Feitor que roubava secretamente de seu patrão; assim como o Provedor de uma escola de direito de Londres, que conseguia ludibriar e levar vantagem sobre vários homens instruídos; e o Moleiro que roubava para si três vezes mais farinha do que deveria de seus clientes.

A forma como são retratados os membros do clero. O Frade é retratado com moral duvidosa, chegando inclusive a enumerar os diversos pecados dele (vender perdão, seduzir mulheres, preferir bebidas ao trabalho clerical, etc.), inclusive Chaucer caracteriza mais o Frade como uma pessoa que busca lucro

a todo custo do que o próprio Mercador que, para o autor, é uma pessoa que, conduzia seus negócios com respeito, mas estas opiniões devem-se muito mais à posição anticlerical do autor e ao clima de descontentamentos de sua época.

Outros membros do clero têm descrições pouco generosas, como no caso da Prioresa, que trabalharemos especificamente em outro capítulo, e no caso do Beleguim. Este oficial de justiça eclesiástica tinha a característica de perdoar uma excomunhão, se o pecador pagasse por isso. Cavalgando com este, estava um Vendedor de Indulgências, um clérigo que lia muito bem o versículo do dia, sabia cantar o ofertório, mas levava fronhas que garantia ser o véu de Nossa Senhora.

No prólogo, ainda se percebe que as descrições são feitas com base na posição que o peregrino tinha na sociedade. Por exemplo, o autor considera o Cavaleiro um homem digno, valente e amante das guerras, descrevendo as conquistas deste em diversas regiões. Estas qualidades, inclusive, são estendidas ao seu filho, um jovem Escudeiro e ao seu criado. Descreve o Magistrado como sensato e organizado; elogia as qualidades da profissão do Médico; a experiência de vida do Homem do Mar, do Cozinheiro e da Mulher de Bath; a perspicácia do Armarinheiro, do Carpinteiro, do Tecelão, do Tintureiro e do Tapeceiro; e a boa recepção do Albergueiro.

De maneira geral, nota-se que Chaucer, estando inserido nas transformações e nos eventos que abordamos acima, constrói um relato que demonstra sua visão de como a sociedade de sua época absorvia os novos tempos e as mudanças de ordem política, religiosa e social.

### **3. O Conto do Frade**

A narrativa do Frade funciona como um ataque a um Oficial de Justiça Eclesiástica (chamado de Beleguim em português medieval), também participante da peregrinação. No século XIII, a organização eclesiástica das dioceses era bastante complexa. Os bispos as governavam assessorados pelos Cônegos da Catedral e por vários membros do Alto Clero, que os ajudavam a administrar as igrejas, a controlar o clero a vigiar os bons costumes dos leigos e assegurar os estudos em escolas urbanas. Os tribunais eclesiásticos examinavam as más condutas do clero e dos leigos, as dispensas de casamento, os crimes de heresia e outros assuntos. Os beleguins, que eram eclesiásticos, mas nem sempre ordenados ainda, estavam a serviço desses tribunais como Oficiais de Justiça.

Ainda no prólogo do Conto, o Frade ressalta em seu discurso a antipatia que nutre por estes clérigos:

“Por isso, se for do agrado desta comitiva, eu gostaria agora de narrar um caso engraçado que se deu com um Oficial da Justiça Eclesiástica. Deus do Céu, pelo próprio nome vocês já sabem e não se pode dizer nada de bom de um beleguim. Peço, portanto, que ninguém me leve a mal. O fato é que o Beleguim não passa de um sujeito que vive correndo para baixo e para cima a levar intimações para os fornicadores e a apanhar nas saídas das cidades” (Chaucer, 1988: 157)

O conto em si trata de um destes Oficiais de Justiça que trabalhava para o Arcebispo de uma cidade inglesa, tendo por função levar intimações a pecadores para comparecerem a audiências nos Tribunais da Igreja. Conforme o narrador, o Arcebispo preocupava-se, sobre tudo, em punir pessoas consideradas libertinas. Contudo, o Oficial costumava extorquir vantagens dos supostos pecadores para livrá-los das supostas acusações e o fazia com o auxílio de prostitutas que denunciavam ao Oficial todo e qualquer homem com quem tivessem contato. Além disto, o Oficial não entregava, como devido, a seu superior grande parte do dinheiro que obtinha dos acusados.

Em um dado momento do Conto, o protagonista encontra-se com um demônio do qual se torna amigo. Quando ele iria empreender mais uma de suas práticas de extorsão contra uma viúva pobre, o demônio revela que esta era a oportunidade esperada para castigar o Oficial levando-o para o inferno.

O que fica mais evidente, ao fazer uma leitura mais atenta ao Conto do Frade, é a clara intenção do narrador em denegrir a figura do Oficial, que era um membro da Igreja, integrante do clero secular. Por essa razão, o Frade sustenta que o Oficial presente na comitiva não poderia fazer nada em relação à sua pessoa por ser um frade: “E mesmo que este beleguim aqui ao nosso lado fique louco furioso, não vou omitir nada a respeito da sua devassidão, pois essa gente não tem poder sobre nós. Nós, os Frades, estamos, e sempre estaremos fora de sua jurisdição” (Chaucer, 1988: 158).

Isto acontecia porque desde o século XI, as ordens monásticas possuíam isenção canônica, ou seja, estavam fora da jurisdição dos bispos locais, estando subordinadas somente ao superior de Ordem e ao Papa. A partir do século XIII, tal concessão foi estendida também às ordens mendicantes, caso do narrador do Conto (Richards, 1988: 40).

Verificamos também com Jeffrey Richards, que a prática ilustrada no conto – a preocupação do Arcebispo em denunciar e punir os fornicadores – já era a muito institucionalizada pela sociedade inglesa:

“Na Inglaterra, a partir do século XIII, os párocos eram encarregados de comunicar a existência de fornicadores notórios ao arqui-diácono, que os convocava e os multava e censurava, ou os convencia a casar. Nos casos estudados, a maioria dos registros de tribunais de Igreja parece dizer respeito ao adultério e à fornicação” (Richards, 1988: 44)

Porém, o Conto ressalta, no discurso de Geoffrey Chaucer, em diversos momentos, que a conduta moral do beleguim não primava pela idoneidade necessária para alguém que tinha por função perseguir os supostos pecadores, já que a preocupação do personagem não estava na conduta moral daqueles, mas sim com a obtenção de lucros para a extorsão dos mesmos:

“Aquele ladrão traiçoeiro, o beleguim, - continuou o frade - dispunha da ajuda de muitas prostitutas, seus chamarizes para os falcões desta Inglaterra; e elas descobriam todos os segredos para ele. Era uma colaboração antiga, visto que havia muito elas funcionavam como suas agentes particulares. Assim procedendo, auferia lucros consideráveis, e o próprio patrão não tinha ideia de quanto o seu servo amealhava. Mesmo sem ordem superior, costumava intimar ao tribunal da Inquisição, com ameaças de excomunhão, os pobres ignorantes, que, para se safarem, alegremente recheavam a sua bolsa [...]” (Chaucer, 1988: 158)

Outro ponto importante da narrativa é o momento em que o protagonista se encontra com o Demônio, pois é durante este diálogo que o Beleguim justifica as suas atitudes:

“‘Pois é o que eu também faço’, ajuntou o beleguim. ‘Juro por Deus’ que levo tudo o que posso. Só não carrego o que é pesado ou quente demais. E também não vejo por que ter escrúpulos em procurar estes ganhos por fora. Se não fosse pela extorsão, como é que eu iria viver? Nunca hei de arrepender-me dos golpes que aplico por aí; não tenho dor de consciência nem estomago delicado; e para os padres confessores, mando uma grande figa!’” (Chaucer, 1988: 160)

Percebe-se, portanto, que Chaucer enfatiza o fato de seu personagem obter lucros devido à sua posição dentro da Igreja, aproveitando-se da preocupação do Clero com delitos desta natureza. Além disto, o beleguim não demonstrava remorso algum por enganar seu superior ou pessoas humildes. A leitura desta narrativa também ajuda a visualizar o quanto que a conduta moral e sexual dos fiéis acabava por escapar ao controle da Igreja, já que existiam, em realidade, diversos subterfúgios para fugir aos Tribunais Eclesiásticos.



Vê-se que a crítica de Chaucer não se restringe somente à moral combatida do Clero secular em fins da Idade Média, já que, no conto em sequência, a narração do Beleguim participante da peregrinação acaba por discorrer acerca do grau de cobiça que, na visão do poeta inglês, também era característica marcante das Ordens Mendicantes. O Conto do Beleguim funciona, dentro da estrutura narrativa dos *Contos*, tanto como uma réplica ao discurso do frade como o espaço necessário para que Chaucer apresentasse os erros cometidos pelo Clero regular.

#### 4. O Conto do Beleguim

Conforme já foi destacado anteriormente, o conto do Beleguim funciona, dentro da estrutura narrativa dos Contos, como um revide elaborado pelo Oficial de Justiça aos ataques que lhe haviam sido dirigidos pelo Frade no conto anterior. A narrativa de Chaucer, através da discussão dos referidos personagens, leva-nos ao entendimento do atrito existente entre membros do Clero regular e secular.

O caso narrado pelo Beleguim, já no Prólogo, destaca o inferno como principal moradia dos frades:

“O frade aqui esta se gabando de conhecer o inferno. Deus do céu, o que há de surpreendente nisso? Não existe muita diferença entre frades e diabos. Por minha alma, acho que todos aqui já conhecem o caso daquele mendicante que, durante uma visão, foi arrebatado em espírito ao inferno. Ao ser conduzido para cá e para lá pelo anjo encarregado de mostrar-lhe todos os castigos, encontrou pessoas das mais diversas condições, mas não viu nenhum frade em parte alguma. Perguntou então a seu guia: ‘Diga-me senhor: são tão bem-aventurados os frades, que nenhum de nós vem a este lugar?’ ‘Pelo contrário’, respondeu o outro, ‘há milhões de vocês aqui’”(Chaucer, 1988: 164)

O Conto do Beleguim trata de um frade, John, que percorria uma pequena cidade do norte da Inglaterra exortando os fiéis a fazerem todo e qualquer tipo de donativo para os frades em troca de orações. Contudo, o narrador salienta, em inúmeros momentos do conto, características como hipocrisia, bajulação e falsidade que assinalavam a conduta do religioso.

Em um dado momento do conto, o frade se dirige à casa de um homem muito doente, chamado Thomas, supostamente à beira da morte, na tentativa de adquirir uma parte da herança para sua ordem. Para entender o motivo da presença do frade na residência do doente, é necessário pensarmos no

contexto da Reforma Gregoriana. A Igreja passou a normatizar certos comportamentos em relação às práticas fúnebres, entre elas a obrigatoriedade de estar que os Concílios de Latrão (século XII e XIII) impuseram a todo aquele que tinha bens a deixar como herança. A prática do testamento, agora obrigatória, exigia igualmente a presença de um clérigo como testemunha e o legado de uma parte dos bens em questão para a Igreja e para os pobres (Balard, 1996: 310).

A história tem um desfecho irônico, pois Thomas, irritado com constante exposição a que o frade o submetia, resolve se vingar do mendicante, diz que há um tesouro embaixo de sua cama para os frades, e quando frei John vai verificar, o doente libera uma flatulência na direção de seu rosto. O frade, irado, tenta se queixar da suposta blasfêmia a um nobre (senhor da aldeia em que se passa o conto), porém este, sua esposa e um criado, acabam elogiar e defender a atitude jocosa do doente, sem dar muita atenção ao apelo do frade.

Para compreendermos as críticas feitas por Geoffrey Chaucer no tocante à conduta moral dos frades, temos que nos remeter às origens e às propostas das ordens mendicantes. A autonomia que a Igreja adquiriu no decorrer dos séculos XI e XII ocasionou o surgimento de críticas e questionamentos em relação ao enriquecimento e ao poder do Clero. Muitas vezes, estas críticas eram oriundas de grupos que não pretendiam se afastar de ortodoxia.

A forma que tais grupos encontraram para expressar suas expectativas era a busca pela pobreza e pela penitência, tal como afirma Hilário Franco Júnior:

“Todas essas correntes baseavam-se na pobreza e na penitência, forma de criticar o enriquecimento e a institucionalização da Igreja. Mas aquelas que não desejavam afastar-se da ortodoxia com o tempo viam-se influenciadas pelo mesmo enriquecimento e institucionalização. Deturpados os propósitos iniciais de Cister, eles foram recuperados e levados adiante por um burguês que, por estar colocado no centro da nova economia comercial, sentia seus efeitos sobre a vida espiritual do cristão. Não se tratava de negar as riquezas de forma geral, e sim de criar mecanismos para a burguesia enriquecida aplacar sua consciência através de esmolas. Por isso, os beneficiários não poderiam ser monges isolados, mas leigos que, tendo abraçado a pobreza continuavam nas cidades. Esta é a raiz do sucesso e da importância de São Francisco (1182-1226) [...]” (Franco Júnior, 2001: 79)

Ainda de acordo com a obra citada, surgiu, em 1216, a Ordem dos Dominicanos, fundada pelo religioso espanhol São Domingos. Os dominicanos, contudo, tinham maior preocupação com o combate à heresia,

tanto que o papa Gregório IX lhes encarregou de dirigir a Inquisição Papal, criada no século XIV.

A Ordem Franciscana, por sua vez, adquiriu cargos importantes em universidades e outros centros culturais ligados à Igreja, fato que dividiu os franciscanos, que sustentava que este envolvimento dos frades com a hierarquia e com os estudos ia de encontro com as proposições iniciais de São Francisco.

A diferença entre os objetivos das ordens monásticas já existentes e as mendicantes é que nas ordens de monges e cônegos o objetivo principal era a santificação pessoal dentro de uma estrutura de observação litúrgica e conventual, nas Ordens dos frades, os superiores se empenhavam em distribuir seus súditos de acordo com as necessidades do estudo, da pregação e das atividades missionárias. “Os monges e cônegos eram estáticos, ao passo que os frades eram dinâmicos; podiam ser deslocados e organizados em corpos de tropa em vista de algum objetivo” (Knowles; Obolensky, 1973:436).

Retornando às situações ilustradas por Geoffrey Chaucer em seu Conto, notamos o quanto a conduta materialista do religioso que protagoniza o conto do poeta inglês se distancia, e muito, das propostas iniciais das Ordens mendicantes, que priorizavam a pobreza e a simplicidade. Na verdade, o personagem preocupava-se somente com a obtenção de lucros:

“E assim se comportava toda vez que o povo na igreja lhe dava o que queria: sem esperar nem mais um minuto, punha-se logo a caminho. Com suas anotações e seu cajado alto e pontudo, ia espionando e bisbilhotando de casa em casa, a pedir farinha ou queijo ou cereais. Seu companheiro mendicante, sempre postado a seu lado com um bastão em ponta de chifre, duas tabuinhas de marfim e um estilete artisticamente polido, ia registrando os nomes de todos os que faziam alguma doação, como se o frade fosse depois rezar por eles. [...] E a primeira coisa que o frade fazia, assim que se afastava de um lugar, era apagar todos os nomes que havia escrito nas tabuinhas, sem pena de enganar o povo com engodos e promessas” (Chaucer, 1988: 165)

Em outro trecho do conto, vemos como o frade justifica sua atitude de pedir esmolas em troca de orações, comparando a pobreza em que vivem as Ordens mendicantes com a opulência do clero secular:

“Mas ouça, Thomas, o que vou dizer. Embora, suponho, não exista um texto declarado sobre o assunto, acho, no meu modo de interpretar, que nosso meigo Senhor Jesus Cristo estava pensando em nós quando disse: ‘Bem aventurados os pobres de espírito’. E assim, no Evangelho inteiro, você pode facilmente verificar quem

é que está mais perto da virtude: nós do clero regular, ou esses padres seculares que nadam em dinheiro. Que vergonha a sua pompa e a sua gula! E como detesto a sua devassidão!” (Chaucer, 1988: 168)

Há diversos momentos da narrativa em que a hipocrisia do frade é claramente apresentada, pois ele continua a pedir donativos para o idoso doente de forma abusiva, dizendo que o homem não melhora de saúde pelo fato de suas doações serem insuficientes:

“É por isso que continua doente: são muito poucos os donativos que tem feito a nós. [...] Que vale um centil dividido por doze? Todos sabem que o que está unido é mais forte que o que está disperso. Não, Thomas, sinceramente, não vejo como elogiar a sua conduta. Na verdade o que você quer é ter os frutos do nosso trabalho sem nada nos dar em troca” (Chaucer, 1988: 169)

A forma irônica e extremamente crítica com que Chaucer discorre acerca das atitudes escusas do frade deve ser observada com base na conjuntura religiosa da Inglaterra tardo-medieval, onde a crise atravessada pela Igreja acarretou em um relaxamento na observância das regras inicialmente propostas para o clero regular em seus vários tipos de vida (Knowles; Obolensky, 1973: 437).

Tal fato ocasionou grande descrédito em relação a estes religiosos por parte de diversos setores da Cristandade, o que acaba por se refletir em obras literárias, como é o caso do trabalho de Chaucer, que criticam a opulência e o mundanismo destes clérigos, tal como os autores acima sustentam:

“Os monges sempre foram objeto de sátiras, principalmente em épocas de maior atividade literária. Seu luxo, seu mundanismo, a opulência de suas vestes e de sua mesa, tudo isso serviu e continua a servir de inspiração a numerosos escritores, [...]; mas a crítica se tornou mais violenta e ameaçadora, torna-se difícil distinguir as críticas dirigidas contra determinadas situações, das que se levantavam contra os próprios fundamentos da vida monástica. Uma crítica repetida por todos que observam a sociedade do tempo é que os frades eram numerosos demais e onipresentes; na observação de Chaucer, eles ‘eram tão numerosos como as partículas de poeira num raio de sol’” (Knowles; Obolensky, 1973: 436)

Com estas observações, verificamos que a crítica de alguns dos personagens do conto aqui trabalhado em relação à conduta do frade deve ser inserida no conjunto de críticas e expectativas, provenientes de vários grupos sociais, no tocante ao modo ideal de como um frade deveria se comportar. Nota-se assim que, por mais que estes religiosos tivessem conhecimento do

discurso bíblico e da maneira como, teoricamente, deveriam desempenhar suas tarefas acabavam, muitas vezes, agindo de forma diferente na realidade.

### **5. O Vendedor de Indulgências**

Para esta análise, diferentemente das anteriores, utilizaremos as falas deste narrador durante o Prólogo, pois é neste espaço que Chaucer expõe, através do discurso do Vendedor, quais eram os erros cometidos pelo personagem, bem como as suas justificativas para tais atos. O conto em si é uma fábula sobre três jovens desordeiros que matam um ao outro na disputa de um tesouro, cuja moral é sobre os excessos da ambição, mostrando assim uma contradição entre o discurso e a prática do Vendedor. No entanto, o discurso proferido pelo clérigo no decorrer do Prólogo se mostra mais proveitoso para a apreensão do comportamento e dos posicionamentos do personagem em relação a seu modo de viver e agir.

O narrador é uma pessoa autorizada pela Igreja para vender indulgências. Uma indulgência era tecnicamente a remissão da pena temporal imposta por um pecado cometido, cuja culpa já tenha sido perdoada. Para melhor compreendermos, contudo, a prática ilustrada neste Conto, se faz necessária uma introdução a esta prática. No decorrer do século XI, disseminou-se o uso das absolvições gerais concedidas pelo papa ou pelos bispos. Na maioria das vezes, consistiam em uma verdadeira remissão das penas penitenciais em função de serviços prestados para a Igreja. Por exemplo, durante o período das Cruzadas a Igreja concedia uma absolvição geral para aqueles que participassem do empreendimento de defender a Terra Santa, por considerar que lutar nestes confrontos era uma maneira de se redimir das penas impostas pelos pecados. Estas práticas seriam a origem da venda de indulgências. A falta de critério em tais concessões feitas pela Igreja acarretou em uma série de abusos por parte dos clérigos (Regidor, 1988: 205).

Ao longo do século XIII, em decorrência do recrudescimento do comércio e da vida urbana, a Igreja estendeu a concessão das indulgências com a finalidade de angariar fundos utilizados em obras públicas, incluindo a construção de igrejas, a assistência aos enfermos e pobres, a conservação de estradas, a construção de pontes e a educação. Loyn destaca o quanto esta prática se tornou abusiva ao longo da Baixa Idade Média:

“A extensão dos abusos era cada vez mais gritante, e reformadores desde João de Salisbury em diante advertiram sobre os perigos dessa prática. Sob crescente pressão financeira, várias autoridades eclesíásticas, incluindo o papado, recorreram a

práticas duvidosas, sobretudo no emprego de monges vendedores de indulgências, assim se concretizando os piores temores dos partidários da Reforma” (Loyn, 1990: 205)

É esta a realidade que se aproxima do que está ilustrado no prólogo de Chaucer, pois o Vendedor relata ao grupo de peregrinos com os quais viaja a sua prática de oferecer a absolvição àqueles que fizessem donativos para ele, após terem confessado os seus pecados:

“Meus bons amigos e amigas, tenho, porém que fazer-lhes uma advertência: se alguém nesta igreja cometeu um pecado tão horrível que se envergonha de confessá-lo, ou se alguma mulher, jovem ou velha, pôs chifres no marido, é bom que saiba que não está em estado de graça para oferecer donativos às relíquias aqui expostas. Mas quem não estiver contaminado por essas mazelas que se aproxime, e, em nome de Deus, faça a sua oferta, que eu o absolverei com a autoridade que esta bula me concede” (Chaucer, 1988: 243)

No entanto, uma leitura mais atenta nos leva ao entendimento de que o personagem de Chaucer é passível de crítica, por parte do autor, por não dar a menor importância para a remissão dos pecados dos fiéis, mas sim para a aquisição de lucros através do incentivo para as doações:

“Ano após ano, graças a essa artimanha, já devo ter ganhado por volta de cem marcos, desde que passei a vender indulgências. [...] A minha prédica toda é contra a avareza [...] para ensinar os fiéis a serem generosos com o seu dinheiro. [...] Afinal, meu interesse não é castigar os seus pecados, mas obter lucros. Pouco me importa se, depois de enterrados, eles vaguem pelo mundo como almas penadas!” (Chaucer, 1988: 243)

Outro ponto de interesse a ser destacado no discurso do Vendedor de Indulgências é o momento no qual ele admite a existência de um paradoxo entre as suas atitudes ambiciosas e as pregações por ele realizadas, que incidem justamente sobre a condenação do materialismo e da cobiça. O personagem também justifica suas atitudes afirmando que, embora reconheça que a moral cristã preconize a busca pela simplicidade, assume a comodidade de lucrar com suas pregações e vendas de indulgências:

“Acham que, enquanto posso pregar e ganhar ouro e prata no meu ministério vou viver voluntariamente na pobreza? Isto não meus amigos, aí está uma coisa que nunca me passou pela cabeça. Enquanto eu for capaz de ensinar e esmolar por este mundo, não tenho pretensão alguma de fazer serviços manuais, [...]. Quero dinheiro, trigo, queijo e lãs, mesmo que os obtenha às custas do mais pobre pajem ou da viúva mais pobre de uma aldeia, com seus

filhinhos a morrer de fome. Não, o que eu quero é o néctar de um vinho e uma bela garota em cada cidade” (Chaucer, 1988: 244).

Entendemos que na visão de Chaucer, a hipocrisia e a falta de ética que permeia o caráter do Vendedor de Indulgência, devem ser entendidas dentro da conjuntura de decadência e crise moral que acometiam a Igreja no tempo de Chaucer. Possivelmente a mundanização, o materialismo e o comprometimento do Clero com assuntos seculares ocasionaram em um grande número de clérigos (ou auxiliares como o Vendedor) cuja formação religiosa e espiritual era deficitária, até porque, na época, era comum pessoas optarem pela vida religiosa sem ter efetivamente a vocação necessária para tal fim.

Assim como o personagem de Chaucer, certamente existiram muitos religiosos que, apesar de terem conhecimento de qual era o comportamento que a Igreja e a sociedade esperavam que tivessem, sua preocupação estava no dinheiro e no lucro que poderiam adquirir no exercício de suas funções, sem se importarem com questões éticas ou morais. Tal como nos dois primeiros contos discutidos neste capítulo, a hipocrisia, a ambição e o materialismo são os principais aspectos contra os quais o poeta inglês demonstra sua crítica.

## 6. O Conto do Criado do Cônego

Diferentemente dos outros Contos trabalhados anteriormente, o aspecto que mais se destaca na escolha deste conto é que, ao passo que, nos contos trabalhados anteriormente, os personagens principais eram membros do baixo clero, neste conto o protagonista é um Cônego. Os Cônegos eram padres do Clero secular que prestavam serviço litúrgico na Sé ou Catedral. Era entre eles que, muitas vezes, os bispos escolhiam pessoal para assessorá-los. Durante a Reforma Gregoriana, sobretudo a partir do século XII, os cônegos da Catedral passaram a formar uma espécie de conselho ou senado do Bispo, com funções de aconselhamento, de controle de determinados gastos das dioceses e colégio eleitoral dos Bispos.

Ainda no Prólogo, a fala do Albergueiro nos leva a perceber a alta posição que este clérigo teria naquela sociedade:

“Ao ouvir isso nosso albergueiro exclamou: ‘Bendito seja! O que me deixa passado é que, tendo, o seu patrão tamanha sabedoria, e sendo por isso mesmo, merecedor do respeito de todos, ele não parece importar-se nem um pouco com a sua aparência. Para um homem de tão alta condição, usa um manto que, - Deus me livre! – está uma vergonha, todo sujo e rasgado! Diga-me: por que o seu

patrão anda nesse relaxo, se tem recursos para se vestir melhor? [...]” (Chaucer, 1988: 264)

Após esta colocação, podemos notar que o foco deste Conto não se situa, necessariamente, na condenação da Alquimia enquanto prática científica, tendo em vista que a sabedoria e a inteligência do clérigo foram elogiadas no trecho supracitado, e a alquimia era muito considerada enquanto um saber respeitável. Na realidade, o aspecto do caráter do Cônego passível de condenação é o fato de que diversas pessoas foram lesadas financeiramente por alquimista. No conto em si, o Criado discorre justamente acerca das pessoas que foram arruinadas material, financeira e moralmente graças às artimanhas do Cônego.

Ainda no prólogo, o Criado atesta que a alquimia, se usada para a obtenção de lucro, é uma prática que se revela extremamente danosa:

“Assim mesmo, iludimos muita gente de quem tomamos dinheiro emprestado (seja uma libra ou duas ou dez ou doze ou muitas somas mais) e a quem fazemos acreditar que, na pior das hipóteses, podemos transformar uma libra em duas. É claro que é mentira. Mas nós não perdemos a esperança, e continuamos a tatear em busca desse resultado. Só que essa tal ciência se acha tão a nossa frente que, malgrado os nossos juramentos, não logramos alcançá-la, pois ela depressa se esquivava. Ela ainda vai nos reduzir a mendigos” (Chaucer, 1988: 265)

Com a finalidade de compreender o modo como Geoffrey Chaucer apresenta a Alquimia neste conto, é preciso elaborar uma contextualização desta área do conhecimento e como foi praticada no período medieval. A alquimia praticada na Europa em fins da Idade Média era uma ciência com suas leis próprias, e uma arte secreta e mística que gravitava em torno da transmutação de metais em ouro e prata (Loyn, 1990: 267).

O caráter sigiloso deste campo de conhecimento é ilustrado no momento em que o Cônego fica extremamente irritado e constrangido pelas revelações de seu empregado, fato que o leva a se afastar da comitiva e isto ocorre tanto porque o caráter desonesto do religioso é trazido a tona, quanto pela intenção do criado em revelar todos os segredos que envolviam a Alquimia. De qualquer forma, percebe-se que o próprio narrador dói também uma vítima dos golpes do patrão:

“Quem quer que se aproxime da Alquimia acaba se dando mal! Essa atividade, além de tudo, me estragou a vista. Eis aí o que se ganha quando se quer multiplicar! Essa ciência enganosa me deixou tão limpo que não sobrou nada para o meu sustento; na verdade, ando tão cheio de dívidas que vou morrer sem pagar o



ouro que tive que tomar emprestado. Por isso, é que todo cuidado é pouco! Ai daquele que se arrisca nesse campo: se persistir, garanto que há de arruinar-se, pois, palavra de honra, não só não vai lucrar coisa alguma como ficará de bolsa vazia e de miolo mole” (Chaucer, 1988: 266)

O criado do cônego faz o possível para salientar para os seus companheiros em que medida o seu patrão era desonesto e cheio de artimanhas e truques para enganar as pessoas:

“Creio que, mesmo que pudesse viver mil anos, ninguém seria capaz de relatar todas as artimanhas e sua infinita falsidade. No mundo da desonestidade não tem mesmo rival; tanto é assim que, quando conversa com alguém, enrola tanto o seu jargão e usa palavras com tamanha astúcia, que simplesmente atordoa o seu interlocutor (a menos que seja um demônio igual a ele). Quantas pessoas não enganou até agora! E enquanto tiver vida, vai tapear a muitas outras mais” (Chaucer, 1988: 269).

É interessante constatar que Chaucer, através da fala do Cônego, faz uma ressalva mostrando que sua crítica se restringe apenas a um Cônego e não a todos os cônegos em geral. Ao final do Conto, vem à luz o fato de que a intenção do poeta inglês é, acima de tudo condenar a cobiça e o materialismo, que são os principais causadores de ruína financeira e moral dos que se envolveram com a Alquimia, salientando também que a ambição é uma falha passível de ser cometida por qualquer pessoa, de qualquer grupo social:

“Reflitam bem, senhores, como sempre há conflito entre os homens e o ouro, não importa a condição social. É um conflito tão violento que dificilmente pode ser evitado. Essa mania de multiplicar cegou a tantos que, sinceramente, eu acho que acabou se tornando a principal causa da miséria que existe por aí” (Chaucer, 1988: 276)

A leitura do conto do Criado do Cônego nos leva ao entendimento de que, na opinião do poeta, os dissabores dos praticantes da Alquimia estão condicionados à ambição que conduziu estas pessoas a exercer tal arte. Na época de Chaucer, os alquimistas eram vistos com medo e suspeição (Loyn, 1988: 20). E o conto descreve a penúria e o desespero a que a obsessão com a alquimia poderia levar.

## 7. Conclusão

As temáticas dos contos analisados giraram em torno das situações em que os clérigos de vários níveis são representados no tocante a seu comportamento, que nos fazem perceber que Chaucer criticava as relações e as posturas de alguns membros do clero em relação ao dinheiro e ao poder.

Os protagonistas tem a conduta descrita por Chaucer com ênfase na hipocrisia que apresentam, na medida em que alguns dos personagens tem conhecimento do ideal de conduta preconizado pela Igreja e pela sociedade, e inclusive, em diversos momentos se valem justamente do discurso bíblico e das pregações religiosas para comover os fiéis e obter todo e qualquer tipo de lucro. Observamos também que a necessidade de sobreviver e ganhar seu sustento, que estes membros do clero descritos por Chaucer afirmam, dão margem a atitudes que se mostram passíveis de reprovação para o autor dos Contos.

Notamos também que Chaucer, ao apresentar seus questionamentos em relação ao Clero de seu tempo, não pretende desqualificar a Igreja como um todo. Muitas das questões abordadas e discutidas nesta obra devem ser entendidas sob a conjuntura de descrédito moral que, como já foi afirmamos ao longo deste trabalho, perpassava a instituição da Igreja no final da época medieval e acabava por se fazer presente na produção literária da época.

## Referências

### Fontes

Geoffrey Chaucer (1998). *Os Contos da Cantuária*. Trad. Paulo Vizioli. São Paulo: T. A. Queiroz.

### Bibliografia

Bakhtin, M. (1993). *Questões de literatura e de estética*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora da UNESP.

Balard, M. *et al.* (1996). *Idade Média Ocidental: dos Bárbaros ao Renascimento*. Trad. Fernanda Branco. Lisboa: Dom Quixote.

Bennett, J. M. (2002). *Queens, Whores and Maidens: Women in Chaucer's England*. London: Royal Holloway.

- Boitan, P; Mann, J. (1986). *The Cambridge Chaucer Companion*. Londres: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (2004). *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Chartier, R. (1993). *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães et al. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Franco Júnior, H. (1995). *Idade Média. Nascimento do Ocidente*. São Paulo, Brasiliense.
- Gardner, J. C. (1977). *The life and times of Chaucer*. Nova York: Alfred A. Knopf.
- Knowles, D; Obolensky, D. (1974). *Nova História da Igreja: A Idade Média*. Trad. João Fagundes Hanck. Petrópolis: Vozes.
- Le Goff, J. (1984). *A civilização do Ocidente Medieval*. Volume II. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Estampa.
- Loyn, H. R. (1990). *Dicionário da Idade Média*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Mann, J. (1973). *Chaucer and the medieval Estates Satire: The Literature of Social Classes and The General Prologue to the Canterbury Tales*. Londres: Cambridge University Press.
- Maurois, A. (1975). *A História da Inglaterra*. Trad. Carlos Domingues. Rio de Janeiro: Pongetti.
- Richards, J. (1988). *Sexo, desvio e danação. As minorias na Idade Média*. Trad. Marco Antônio Esteves Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

**Recebido:** 30 de abril de 2012

**Aprovado:** 17 de junho de 2012